



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 318/2020-G4P

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 40.559/2017

**EMENTA:** 1. EXAME FORMAL DO EDITAL DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2017**. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL – SECULT. REPRESENTAÇÃO Nº 7/2018-ML. DECISÃO Nº 4.489/2018. **PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO**. DETERMINAÇÕES À SECULT. OPOSIÇÃO DE **EMBARGOS** DE DECLARAÇÃO. DECISÃO Nº 5.232/2018. **DESPROVIMENTO** DOS ACLARATÓRIOS. INTERPOSIÇÃO DE **PEDIDO DE REEXAME**. DECISÃO Nº 1.535/2019. **DESPROVIMENTO**. JUNTADA DE **NOVA REPRESENTAÇÃO** AOS PRESENTES AUTOS (REPRESENTAÇÃO Nº 18/2018-ML). POSSÍVEL **AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE** EM PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO PELA SECULT. **APARENTE UTILIZAÇÃO DE ROBÔS**. DECISÃO Nº 96/2019. ABERTURA DE **PRAZO** PARA MANIFESTAÇÃO DA SECULT E DA LICITANTE INTERESSADA. NESTA FASE. EXAME DO **MÉRITO** DA REPRESENTAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELA SECULT E PELA EMPRESA EM ATENÇÃO À DECISÃO Nº 96/2019 E DO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA DA DECISÃO Nº 4.489/2018.

2. CORPO INSTRUTIVO OPINA PELA **IMPROCEDÊNCIA** DA NOVEL REPRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CONFIRMEM A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE LANCES AUTOMÁTICOS PELA LICITANTE. ACOLHIMENTO EM PARTE DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELA PASTA. **NOVAS DETERMINAÇÕES**.

3. PARECER **CONVERGENTE** DO MPC/DF. LANCES APRESENTADOS EM MENOS DE 3 SEGUNDOS, PORÉM EM RELAÇÃO A LANCES NÃO COMPETITIVOS. **APENAS UM LANCE OFERECIDO EM MENOS DE 3 SEGUNDOS EM RELAÇÃO A OUTRO LANCE COMPETITIVO**, O QUE PODE SER CONSIDERADO COMO **ATO ISOLADO**. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO Nº 18/2018-ML. NÃO ATENDIMENTO DE DILIGÊNCIAS CONTIDAS NA DECISÃO Nº 4.489/2018.

1. Os presentes autos foram constituídos para exame formal do Edital do **Pregão Eletrônico por SRP nº 17/2017**, que foi lançado pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF, para formação de registro de preços destinado à eventual contratação de serviço de locação de equipamentos, estruturas e materiais para a realização de eventos no Distrito Federal, compreendendo: serviço de hotelaria (hospedagem, alimentos e espaço físico); recursos humanos, serviços técnicos, transporte, locação de equipamentos de áudio e vídeo, montagens e desmontagens de estruturas metálicas, alimentação, material consumível, serviços gráficos, trios elétricos, unidades móvel de som e luz e demais artefatos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

necessários à consecução das atividades correlatas, eventos estes realizados e/ou apoiados pela SEC/DF, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

2. Após o arquivamento do feito, autorizado pela Decisão nº 107/2018, exarada na Sessão Ordinária nº 5.011, de 25/1/2018, sobreveio a Representação nº 7/2018-ML (Peça 30 – e-DOC 44B4A875), atinente à possível ausência de competitividade no PE por SRP nº 17/2017, especialmente em face da **existência de indivíduos em comum no quadro societário de participantes do certame** e da suposta **utilização indevida de softwares de remessa automática de lances** por licitantes, comumente conhecidos como **robôs**.

3. Procedendo ao exame do feito na Sessão Ordinária nº 5.073, de 20/9/2018, o TCDF proferiu a Decisão nº 4.489/2018 (Peça 85 – e-DOC 65F5A8AA), considerando **procedente** a Representação nº 7/2018-ML, nos termos a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I - tomar conhecimento:** a) do Ofício SEI-GDF nº 553/2018-SEC/GAB (e-doc 88A80558-c, Peça 48); dos esclarecimentos prestados pela empresa PALCO LOCAÇÃO LTDA – ME (e-doc 409B4C75-c, Peça 49); dos esclarecimentos da empresa MV EVENTOS ARTÍSTICOS E ESPORTIVOS LTDA (edoc 48629305-c, Peça 50); dos esclarecimentos da empresa STAR LOCAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. EPP (e-doc DC3381C4-c, Peça 54), em cumprimento à Decisão nº 2341/18; b) do Ofício SEI-GDF nº 699/2018-SEC/GAB (e-doc CCD36C6E-c, Peça 71); do documento da empresa STAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. EPP (edoc 9AED1909-c, Peça 69), em atenção à Decisão nº 3116/18; c) da Nota Técnica nº 24/2018-NFTI (e-doc 7FB55E7Be, Peça 72); d) do Ofício SEI-GDF nº 841/2018-SEC/GAB (e-doc A43B1B36-e, Peça 73); e) dos expedientes apresentados pela Star Locação de Serviços Ltda. (e-DOCs 4642AE1E-c e D7967A6A-c), indeferindo o pedido de sustentação oral por ela formulado com fundamento no art. 136, § 7º, do RI/TCDF; **II - considerar procedente a Representação n.º 7/2018-ML**, no que concerne à **quebra da isonomia no certame e à frustração ao caráter competitivo da licitação**, tendo em vista a caracterização de relação estreita entre licitantes e a utilização indevida de softwares de remessa automática de lances por licitantes; **III - determinar à Secretaria de Cultura** que, com fulcro no art. 1º, X, da LC n.º 01/94, adote **medidas para o fiel cumprimento da lei em relação ao Pregão Eletrônico n.º 17/2017**, sobretudo no que se refere: a) ao retorno dos lotes vencidos pela Star Locação e Serviços Gerais Ltda. EPP para a fase de apresentação de propostas, configurando o sistema Licitações-e com os intervalos mínimos de tempo entre lances do mesmo licitante e entre o melhor lance, conforme disposto no artigo 2º da IN n.º 3/2011 – SLTI/MPOG; b) à aplicação da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital às empresas que infringiram o item 9.1 do termo editalício; c) à instauração de processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, na licitação, na contratação ou na execução contratual, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002, observados os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório; **IV - autorizar:** a) a continuidade do Pregão Eletrônico n.º 17/2017, devendo ser observada a medida determinada no item ‘III-a’ b) o envio de cópia desta decisão, do relatório/voto do Relator, da Informação n.º 204/2018 e do Parecer n.º 726/2018- ML à SEC/DF; c) o envio de cópia do processo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, nos termos do parágrafo único, do art. 246, do Regimento Interno desta Corte de Contas; d) o retorno*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*dos autos à Secretaria de Acompanhamento para arquivamento, após a verificação do cumprimento do item III precedente. O Conselheiro PAIVA MARTINS votou com o Relator, apresentando declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 111 do RI/TCDF.*” (Grifos acrescidos).

4. Por entender haver contradição e obscuridade na deliberação supra, a SECULT opôs **embargos de declaração**. Os aclaratórios foram rejeitados pela Decisão nº 5.232/2018 (Peça 97 – e-DOC EC5684D1), exarada na Sessão Ordinária nº 5.084, realizada em 30/10/2018.
5. Também inconformada com a Decisão nº 4.489/2018, a Star Locação Serviços Ltda. EPP interpôs **Pedido de Reexame**. O Apelo foi conhecido pela Decisão nº 5.462/2018 (Peça 108 – e-DOC 417944CA), o que culminou na suspensão dos efeitos dos **itens II e III do Decisum** vergastado e na abertura de prazo ao MPC/DF para apresentação de **contrarrrazões** recursais, as quais foram juntadas aos autos em 17/12/2018 (Peça 118 – e-DOC 15882624-e).
6. Posteriormente, mediante a Decisão nº 1.535/2019 (Peça 129 – e-DOC 774F293D), proferida na Sessão Ordinária nº 5.125, de 7/5/2019, o TCDF **desproveu** o mencionado pedido de reexame, mantendo hígidos os termos da Decisão nº 4.489/2018.
7. Ocorre que, antes do exame de mérito do recurso, o MPC/DF ofereceu **nova Representação** para o descortino da Corte de Contas do Distrito Federal. Trata-se da **Representação nº 18/2018-ML**, decorrente de **Denúncia** recebida no **Parquet**, atinente à possível **frustração ao caráter competitivo de Pregões Eletrônicos** realizados pela SECULT, consubstanciada pela aparente utilização de **software de remessa de lances automáticos** pela **Smart Promoções e Eventos Ltda.** nos Pregões Eletrônicos nº 17/2017 e 23/2018. Tal peça foi juntada inicialmente ao Processo nº 38.460/2018-e.
8. Ainda naqueles autos, o TCDF realizou o exame da admissibilidade da manifestação ministerial na Sessão Ordinária nº 5.098, de 24/1/2019. Na referida assentada, a Corte, por intermédio da Decisão nº 96/2019<sup>2</sup>, **admitiu a Representação** e, por conseguinte, estabeleceu prazo para manifestação da SECULT e da empresa interessada. Outrossim, autorizou o exame das possíveis falhas atinentes à condução do **PE nº 17/2017** neste feito.
9. Realizadas as comunicações de praxe quanto ao inteiro teor da Decisão nº 96/2019, a SECULT remeteu esclarecimentos ao TCDF por meio do Ofício nº 137/2019 – SEC (Peça 134 - e-DOC FE72D73B) e do Ofício nº 276/2019 (Peça 136 - e-DOC 90FE48F3).

<sup>2</sup> “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação n.º 18/2018 – ML (Peça 3); II – determinar à Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – Secult, com esteio no art. 230, §7º do RI-TCDF, que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o teor da Representação em tela; III – conceder à empresa SMART PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA. o prazo máximo de 30 (trinta) dias para que, caso entenda necessário, apresente esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da Representação, da Informação n.º 199/2018 – DIACOMP3, bem como do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secult e à empresa SMART, para subsidiar o cumprimento dos itens II e III; b) a análise da Representação n.º 18/2018 – ML no bojo do Processo n.º 40.559/2017, da parte que se refere ao Pregão Eletrônico n.º 17/2017, com a juntada naqueles autos de cópia dos documentos necessários para instrução; c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências cabíveis.”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

Ademais, em atenção à Decisão nº 96/2019, a Pasta prestou informações por intermédio do Ofício SEI-GDF nº 372/2019 – SECEC/GAB (Peça 137 – e-DOC F04D630F-c).

10. Por seu turno, a sociedade empresária interessada encaminhou seus arrazoados mediante o documento eletrônico identificado pelo e-DOC 9AE9DB0E (Peça 135).

11. Ao examinar os fatos apresentados na inicial, bem como as informações prestadas pelo órgão distrital e pela licitante, a zelosa Divisão de Fiscalização de Tecnologia da Informação da Secretaria de Fiscalização Especializada pugnou pela **improcedência** da Peça vestibular.

12. A propósito, o Corpo Técnico, depois de examinar de maneira bastante profícua os indícios trazidos na Representação nº 18/2018-ML e os esclarecimentos oferecidos pelos interessados, assim como as providências levadas a efeito pela SECULT em cumprimento à Decisão nº 4.489/2018, concluiu o exame empreendido na Informação nº 12/2020 – DIFTI (Peça 139 – e-DOC 2D1AC787), nos termos a seguir:

**“Conclusão**

75. *Conforme análise realizada nos lances destacados na Representação nº 18/2018 (peça 123), da douta Quarta Procuradoria, constante dos §§ 15/32, esta Divisão de Fiscalização de TI entende **não haver indício de conduta irregular** (uso de software “robô”) por parte da empresa Smart Promoções e Eventos Ltda., na disputa dos lotes vencidos por ela nos Pregões nºs 17/2017 e 23/2018.*

76. *Desse modo, consideram-se procedentes os argumentos apresentados pela empresa Smart Promoções e Eventos Ltda., nos §§ 36/45 e pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, nos §§ 48/61, em relação à Representação nº 18/2018-ML, conforme determinado pela Decisão nº 96/2019.*

77. *Também, entende-se **cumprida**, pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, à determinação constante do item ‘III.a’ da Decisão nº 4489/18.*

78. *Como pode ser verificado nos autos, **o atendimento do item retro mencionado restou prejudicado**, pelo fato da obrigatoriedade de cumprimento de tal determinação ter sido suspensa pela Decisão nº 5462/2018, de 13/11/2018, e somente retornando a ser obrigatória por meio da Decisão nº 1535/19, de 07/05/2019, data em que **a ARP referente ao Pregão nº 17/2017 já se encontrava expirada (08/02/2019).***

79. *Contudo, para o atendimento dos ‘III.b’ e ‘III.c’, **faz-se necessário que a SECEC/DF encaminhe detalhes que confirmem que o Processo nº 00150-00003043/2019-32 é referente à apuração de possível cometimento de atos ilícitos pelas empresas que participaram do Pregão nº 17/2017 e também apresente razões ou justificativa para aplicação ou não da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital às empresas que infringiram o item 9.1 do mesmo.**” (Grifos no original e acrescidos).*

13. Ao final, o Corpo Instrutivo sugeriu ao Plenário:

**“I. tomar conhecimento** dos Ofícios SEI-GDF nº 372/2019 - SECEC/GAB (peça 137), SEI-GDF nº 137/2019 - SEC/GAB (peça 134), SEI-GDF nº 276/2019 - SEC/GAB (peça 136) e da Manifestação da Empresa Smart Promoções e Eventos Ltda. (peça 135);

**II. considerar:**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*a) que não houve a utilização de software 'robô' por parte da Empresa Smart Promoções e Eventos Ltda., nos Pregões nº 17/2017 e nº 23/2018 da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, portanto improcedente a Representação nº 18/2018-ML;*

*b) cumpridas às determinações constantes do item II da Decisão nº 96/2019 e do item 'III.a' da Decisão nº 4489/2018, por parte da Secretaria de Estado de Cultura do DF;*

*c) não atendidas às determinações presentes nos itens 'III.b' e 'III.c' da Decisão 4489/2018, por parte da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF;*

*III. determinar à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF:*

*a) o encaminhamento a este Tribunal de informações que confirmem que o Processo nº 00150-00003043/2019-32 trata da apuração de possível cometimento de atos ilícitos pelas empresas que participaram do Pregão nº 17/2017;*

*b) a apresentação de comprovação da aplicação da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital às empresas que infringiram o item 9.1 do mesmo;*

*c) autorizar: a) o envio da cópia do voto e da Decisão que vier a ser proferida nos autos à SECEC/DF e à empresa Smart Promoções e Eventos Ltda;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada para as devidas providências." (Grifos acrescidos).*

14. Tendo anuído com os termos da Informação nº 12/2020 – DIFTI, o Secretário de Controle Externo da Secretaria de Fiscalização Especializada, em Despacho exarado em 12/3/2020 (Peça 140 – e-DOC 86F82BB1), remeteu o feito ao Gabinete do Conselheiro Relator. Ato contínuo, conforme o Despacho Singular nº 73/2020-GCMA (Peça 142 - e-DOC F6182BEA), os autos foram encaminhados ao MPC/DF para manifestação.

15. Feito o relato, este **Parquet** especializado passa a opinar.

16. **Ab initio**, informo que a atual etapa processual se presta ao **exame do mérito da Representação nº 18/2018-ML, exclusivamente** no tocante a possíveis irregularidades na condução do **Pregão Eletrônico nº 17/2017**, notadamente quanto à frustração ao caráter competitivo do certame, em razão da **suposta utilização de sistema de remessa de lances automáticos pela Smart Promoções e Eventos Ltda.** Como dito alhures, as eventuais falhas ocorridas no PE nº 23/2017 integram o escopo do Processo nº 38.460/2018-e.

17. Por oportuno, entendo necessário rememorar que a Representação do MPC/DF apresentou indicativos de que a fase externa do Pregão Eletrônico nº 17/2017 teria sido realizada em desacordo com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia e da moralidade. No presente caso, o cerne do entendimento do **Parquet** levou em conta a **aparente utilização de mecanismo de envio automatizado de lances, a par dos parâmetros objetivos admitidos pelo TCDF para exame da matéria.**

18. Nesse particular, quanto ao mérito da demanda, a fim de dirimir qualquer dúvida quanto ao entendimento Ministerial acerca das possíveis irregularidades verificadas nos autos, não é despidendo perpassar os argumentos apresentados pela SECULT e pela licitante mencionada na Decisão nº 96/2019, bem como a análise realizada na Informação nº 12/2020 – DIASP2, seguidos do correspondente exame deste Órgão Ministerial:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

“7. Assim, nesta assentada será avaliado o **possível uso software de remessa automática de lances** (software ‘robô’), nos lotes vencidos pela empresa **Smart Promoções e Eventos Ltda.**, na fase de disputa dos **PE n°s 17/17 e 23/18** da então SEC/DF, bem como os esclarecimentos prestados pela empresa Smart Promoções e Eventos Ltda. e pela jurisdicionada, em relação à **Representação n° 18/2018-ML** e a manifestação da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa do DF em cumprimento à Decisão n° 4489/18.

8. Para isso, repisam-se as informações contidas na **Nota Técnica n° 24/2018-DFITI** (fls. 3/5, peça 72), em relação à solução do Banco do Brasil - Licitações-e.

9. Releva notar, inicialmente, que há diferenças entre os ambientes de disputa do ComprasNet, tratado na **Decisão n° 68/2018**, e do Licitações-e 2 do Banco do Brasil.

10. No primeiro caso, o sistema ComprasNet descarta automaticamente os lances considerados impossíveis, entendidos aqueles formulados pelos licitantes em **menos de 3 (três) segundos** após o último lance de outro licitante concorrente ou em **menos de 20 (vinte) segundos** do seu próprio lance, conforme procedimentos descritos nos arts. 2° e 3° da **Instrução Normativa n° 3/2011, de 16/12/2011**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), responsável pela solução informatizada.

11. No **Licitações-e**, é permitido ao ente público, ao cadastrar os lotes de uma licitação, **informar os intervalos mínimos entre lances**: do próprio fornecedor em relação ao seu último lance; entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala (fl. 16 da cartilha).

12. No caso do **Pregão n° 17/2017**, verificou-se que o **pregoeiro** da então Secretaria de Cultura, Sr. Luiz Claudio Alves de Sousa, **não realizou esse cadastramento para nenhum dos 115 lotes do certame**, conforme telas exemplificativas abaixo:

(...)

13. Essa omissão pode ter contribuído para a utilização de software de remessa automática de lances, vez que o Licitações-e requer que o ente público defina os parâmetros que regularão a fase de disputas do pregão eletrônico, sob pena de macular a competitividade do certame.

**Análise**

14. Para corroborar ou refutar os indícios de uso de software ‘robô’ contidos na representação n° 18/2018-ML, **foram analisados os lances destacados nessa representação inferiores a 3 segundos**, referentes aos lotes do **Pregão n° 17/2017** e ao lote único do **Pregão n° 23/2018**, nos quais a empresa Smart Promoções e Eventos Ltda. sagrou-se vencedora, utilizando como parâmetro a Decisão n° 68/2018, deste Tribunal, a qual considerou adequado que os **‘pregoeiros que atuam no complexo administrativo do Distrito Federal que, ao se utilizarem do ComprasNet desconsiderem os lances humanamente impossíveis, configurados pela ocorrência simultânea de lances iniciais inexecutableis ou muito baixos (empresa ‘coelho’) e de disputas pelo 2° (segundo) melhor preço em intervalos inferiores a 3 (três) segundos (software ‘robô’).** **Pregão Eletrônico n° 17/2017**

**Lote 45**

15. O lance 38, destacado na representação (peça 123, fl. 5), no valor de R\$ 418.500,00, às 09:58:35, foi dado 3 (três) segundos após o lance 37 da empresa INTERCULT – Gestão e Produção em Projetos Ltda., no valor de R\$ 419.900,00, às 09:58:32, o qual **não era um lance competitivo**, visto que a própria Smart havia dado o lance competitivo (36), no valor de R\$ 419.800,00, às 9:58:22, conforme excerto abaixo:

(...)

16. O lance 50 (peça 123, fl. 5), no valor de R\$ 416.300,00, dado às 09:59:31, não era competitivo, tendo em vista que o lance 48, no valor R\$ 416.250,00, às 09:59:29 e o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*lance 49, no valor de R\$ 416.249,99, dado no mesmo horário do lance em análise, possuíam valores menores, conforme se segue:*

*(...)*

*17. O lance 55 (peça 123, fl. 5), vencedor do lote 45, da empresa Smart, no valor de R\$ 413.500,00, foi dado às 10:00:02, 3 (três) segundos após o lance competitivo (54), no valor de R\$ 414.000,00, às 09:59:59, da empresa Intercult Gestão e Produção em Projetos Ltda., conforme se vê:*

*(...)*

*18. Assim, de acordo com a Decisão nº 68/2018, apresentada no §15, considera-se que não houve irregularidade no lance vencedor da empresa Smart, dado 3 (três) segundos após lance concorrente.*

**Lote 47**

*19. Ao consultar a documentação referente à ARP nº 17/2017 (arquivo associado), constatou-se um erro formal na Representação nº 18/2018-ML do MPC, conforme fl. 6, peça 123, ao descrever os lances do Lote 47, estes foram apresentados como sendo do Lote 45.*

*20. O lance 31 da Smart, destacado na representação (peça 123, fl. 6), no valor de R\$ 384.900,00, às 10:39:17, foi dado 2 (dois) segundos após o lance 30, o qual **não era um lance competitivo**, da Time Race Cronometram Eletrônica Ltda., no valor de R\$ 387.200,00, às 10:39:15. O lance competitivo (29) era da Empresa Alcione Souza dos Reis - ME, no valor de R\$ 385.000,00, dado às 10:39:01, conforme excerto abaixo:*

*(...)*

**Lote 48**

*21. Novamente, em consulta a documentação referente à ARP nº 17/2017, constatou-se um erro formal na Representação nº 18/2018-ML do MPC. Conforme fl. 7, peça 123, ao descrever os lances do Lote 47, estes foram apresentados como sendo do Lote 48, ou seja, houve duplicidade de informação sobre o Lote 47, o qual já foi analisado nos parágrafos anteriores.*

*22. Também é importante mencionar que a empresa Smart Promoções e Eventos Ltda. não foi a vencedora do Lote 48.*

**Lote 49**

*23. O lance 26 da Smart (peça 123, fl. 8), no valor de R\$ 1.050.800,00, às 11:24:15, foi dado 1 (um) segundo após o lance 25, da empresa Fusion Comunicação Visual Ltda., no valor de R\$ 1.000.000,00, às 11:24:14. Assim, o lance 26 **não foi um lance competitivo**, pois seu valor foi maior que o anterior, a saber:*

*(...)*

*24. O mesmo fato acontece para os lances 37, 41, 47, 53, 60, 64, 83, destacados na representação (peça 123, fls. 8/10), apesar de terem sido dados em um período inferior a 3 segundos, **tais lances foram superiores ao lance anterior, não sendo lances competitivos**, como demonstrado abaixo:*

*(...)*

**Lote 94**

*25. O lance 33 da Smart (peça 123, fl. 17), no valor de R\$ 464.000,00, às 11:26:31, foi dado no mesmo instante do lance competitivo 32, da empresa Star Locação de Serviços Gerais Ltda., no valor de R\$ 459.999,99, ou seja, **o valor do lance da Smart foi superior ao lance anterior**, conforme se vê:*

*(...)*

**Lote 99**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

26. O lance 44 (peça 123, fl. 21), no valor de R\$ 124.000,00, às 11:39:47, foi dado 1 segundo após o lance anterior, que era o lance competitivo (43), no valor de R\$ 125.000,00, às 11:39:46, conforme excerto abaixo:

(...)

27. Verifica-se que, mesmo ocorrendo um lance competitivo, da empresa Smart, em um tempo inferior a 1 segundo, entende-se não ser possível a configuração do uso de software 'robô', pois como consta nos lances do Lote 99 (fls. 20/23, peça 123), **tal fato ocorreu somente 1 (uma) vez no meio da disputa, não sendo uma ação recorrente e sim, esporádica.**

**Pregão Eletrônico nº 23/2018**

28. O lance 65 (peça 123, fl. 25), no valor de R\$ 304.500,00, às 09:55:32, foi dado 2 (dois) segundos após o lance não competitivo 64, da empresa Palacetur Eventos, Comércio e Serviços Ltda.-ME, no valor de R\$ 419.999,99, às 09:55:30. Todavia, o lance competitivo, era o lance 59, no valor de R\$ 305.900,00, foi dado às 9:55:03, ou seja, 29 segundos antes do lance da Smart, conforme se segue:

(...)

29. O lance 117 (peça 123, fl. 26), no valor de R\$ 300.000,00, às 10:01:10, foi dado 2 (dois) segundos após o lance não competitivo 116, no valor de R\$ 379.180,00, às 10:01:08. O lance competitivo (110), no valor de R\$ 301.099,00, foi dado às 09:59:57, ou seja, 73 segundos antes do lance da Smart, conforme se vê:

(...)

30. Conforme análise dos lances destacados na Representação, dados pela empresa Smart, **não há evidências da ocorrência de lances automatizados.**

31. Assim, entende-se não haver indício de conduta irregular (uso de software 'robô') por parte da empresa Smart Promoções e Eventos Ltda., na disputa dos lotes vencidos por ela nos Pregões nºs 17/2017 e 23/2018.

32. Por fim, destaca-se que a representação do MPC, além de inquirir sobre possível ausência de competitividade nos Pregões Eletrônicos nºs 17/2017 e 23/2018 realizados pela então SEC/DF, apresenta, à fl. 1, que a denúncia recebida, menciona a **existência de vínculo aparente entre sociedades empresárias ligadas aos Srs. Aldo Luiz de Oliveira Neto e Wilson Magalhães Batista.**

33. Contudo, esta Divisão entende que o possível vínculo aparente entre sociedades empresárias ligadas aos Srs. Aldo Luiz de Oliveira Neto e Wilson Magalhães Batista, conforme levantado na Representação, **não apresentou elementos capazes de demonstrar que tal fato ocasionou a frustração do caráter competitivo dos certames em análise.**

34. Após análise técnica da referida ata, passa-se a examinar as manifestações apresentadas pela empresa Smart Promoções e Eventos Ltda. (peça 135) e pela então Secretaria de Estado de Cultura (peça 134), em relação à Representação nº 18/2018, conforme Decisão nº 96/2019 e também a manifestação da jurisdicionada em cumprimento à Decisão nº 4489/2018 (peça 137).

**Manifestação da empresa Smart Promoções e Eventos Ltda., em relação à Representação nº 18/2018-ML**

35. De início, à fl. 1, peça 135, alegou a defendente, sobre a tempestividade de sua manifestação, uma vez que o Ofício nº 285/2019 GP fora recebido na data de 05/02/2019, conferindo 30 (trinta) dias para apresentação de manifestação, o qual se encerrou em 05/03/2019. Todavia, como era feriado de carnaval o prazo estendeu-se até o dia 07/03/19.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

36. Apresentou, à fl. 2, peça 135, breve resumo da Representação nº 18/2018 – ML, resultado de denúncia sobre a utilização de robôs no âmbito de licitações da então Secretaria de Cultura, especificamente quanto aos Pregões nºs 17/2017 e 23/2018 (fl. 2, peça 135).

37. Mencionou que a Representação concentrou sua avaliação na aparente existência de favorecimento de grupo societário ligado aos Srs. Aldo Luiz de Oliveira Neto e Wilson Magalhaes Batista indicando possível frustração ao caráter competitivo de licitações realizadas pela então SEC/DF, por suposta utilização de softwares robôs pela empresa defendente (fl. 2, peça 135).

38. A defendente entendeu que houve, por parte do Ministério Público de Contas, uma análise superficial das tabelas dos lances dos Pregões analisados (fl. 2, peça 135), pois a identificação de ocorrência de pequeno interregno temporal entre os lances constante nos Lotes 45, 48, 49, 99 dos Pregões Eletrônicos nº 17/2017 e no lote único do Pregão nº 23/2018, da Smart Promoções e Eventos Ltda. e o lance dos outros licitantes com base na tabela de lances, **não configurou indícios de uso de robô por parte da defendente.**

39. Desse modo, a defendente apresentou suas análises e justificativas (fls. 4/9, peça 135) em relação aos lances dados por ela e destacados na Representação como supostamente beneficiados pelo uso de software 'robô', como se segue:

(...)

40. Em relação ao Lote 49 do Pregão nº 17/2017, a defendente alegou, às fls. 5/9, peça 135, que seus lances destacados na Representação nº 18/2018- ML, mesmo sendo dados menos de 3 segundos do lance anterior, **possuíam valor maior do que o lance anterior.**

41. Em relação à possível violação regra da Instrução Normativa nº 03/11 - SLTI/MPOG que fixa limites de tempo, ou intervalos, entre os lances em um pregão eletrônico, a denominada '**regra dos 3 e 20 segundos**', conforme levantada na Representação, a defendente arguiu que, como disposto no art. 11 da referida Instrução Normativa, somente subordinam-se a IN 03/11, os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, bem como os órgãos e entidades que firmaram termo de adesão para utilizar o Sistema (fl. 10, peça 135).

(...)

42. Assim, como os Pregões nºs 17/2017 e 23/2018 da então SEC/DF foram realizados por meio do Licitações-e, alegou a impossibilidade de utilização da regra retro mencionada aos pregões analisados (fl. 11, peça 135).

43. Ademais, a defendente discorreu que a Representação mencionou terceiro estranho às atividades da empresa, o Sr. Wilson Magalhaes, sem explicitar de forma clara qual seria a relação entre este e o sócio proprietário, o Sr. Aldo Luiz de Oliveira Neto (fl. 12, peça 135).

44. Por fim, à fl. 13, peça 135, a empresa defendente informou que se coloca à disposição dessa Corte de Contas para disponibilizar suas máquinas e computadores para todas as diligências necessárias, como também verificação de IPs ou outras informações necessárias.

**Análise**

45. As argumentações apresentadas pela empresa Smart em sua defesa, destacaram que vários de seus lances, mesmo sendo realizados em menos de 3 segundos do lance anterior, possuíam valor maior do que o lance anterior, **vão ao encontro da análise realizada por esta Divisão de Fiscalização de TI nos lances destacados na Representação (§§ 15/32).**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

46. Assim, entende-se **procedentes os argumentos** apresentados pela empresa dependente.

**Manifestação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SECEC/DF, em relação à Representação nº 18/2018-ML**

47. Em atendimento à determinação presente na Decisão nº 96/2019, a SECEC/DF encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 137/2019 - SEC/GAB (peça 134), apresentando sua manifestação acerca da Representação nº 18/2018-ML.

48. Inicialmente, às fls. 1/2, a jurisdicionada **resumiu as ações tomadas para a correção das inconsistências descritas na Representação anterior do Ministério Público de Contas do DF** (nº 7/2018-ML, peça 30), em razão do uso de software 'robô' por empresas que participaram do Pregão Eletrônico nº 17/2017 da Secretaria, em especial, pela empresa **Star Locação e Serviços Gerais Ltda.**

49. A seguir, discorreu que, ao analisar as tabelas do Pregão nº 17/2017 elaboradas na Representação nº 18/2018-ML, identificou a ocorrência de alguns lances com intervalos inferiores a 03 (três) segundos por parte da empresa Smart (fl. 3, peça 134).

50. Contudo, mencionou que **a dinâmica dos lances demonstrou nos casos em análise que houve disputa entre os vários interessados.**

51. Tais ocorrências também mostraram que os lances aconteceram em relação ao melhor lance de empresas concorrentes e não em relação aos seus próprios lances, podendo no caso não haver configurado cerceamento da concorrência, haja visto que entre os lances da própria empresa houve sempre um interstício maior que os 3 segundos recomendados. Assim, em tese, segundo à SECEC/DF, não haveria a aventada utilização indevida de 'robô' (fl. 3, peça 134).

52. Ressaltou que, a Ata de Registros de Preços do Pregão nº 17/2017 teve sua vigência expirada em 08/02/2019.

53. Em relação ao **Pregão nº 23/2018** (fl. 4, peça 134), a SECEC/DF mencionou que **já vigoravam as recomendações do TCDF**, assim, houve no sistema Licitações-e, a limitação de tempo para envio de proposta, fixando-se **20 (vinte) segundos para lances do mesmo proponente e 05 (segundos) entre lances de concorrentes distintos**, conforme telas apresentadas pela jurisdicionada, à fl. 4, peça 134.

54. Todavia, o sistema admitiu alguns lances com intervalos inferiores aos 5 (cinco) segundos estabelecidos, conforme apontado na representação, mas o intervalo de tempo entre um lance e outro da própria empresa foram superiores ao estabelecido no Sistema (20 segundos).

55. Acrescentou que o Pregão nº 23/2018 foi disputado em lote único, não ocorrendo manifestação dos licitantes participantes contrária ao procedimento do certame. Assim, passou despercebido eventual lapso do sistema (fl. 4, peça 134).

56. Desse modo, diante da possibilidade de falha do próprio sistema Licitações-e, que aparenta ter permitido a inserção de lances indevidos, essa ocorrência seria comunicada ao Banco do Brasil para que se manifeste sobre o fato (fl. 4, peça 134).

57. Vale destacar que a jurisdicionada encaminhou, posteriormente, por meio do Ofício SEI-GDF nº 276/2019 - SEC/GAB (peça 136), resposta do Banco do Brasil, apresentada à SECEC/DF, sobre a possível inserção de lances indevidos nos pregões em análise.

58. Em resumo, o Banco respondeu que **o sistema Licitações-e não possui mecanismos que impeçam de forma definitiva o uso de 'robôs' ou que identifique os licitantes que usam desse artifício.**

59. No **Licitações-e**, o ente comprador deverá definir intervalos na criação do lote a ser disputado e as possíveis inconformidades detectadas pelo responsável pela disputa,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*ou informadas pelos participantes, devem ser avaliadas e julgadas pelo pregoeiro (fl. 44, peça 136).*

*60. Por fim, ao analisar o histórico da disputa do **Pregão nº 17/2017** (fls. 45/46, peça 136), o Banco do Brasil informou que o recurso de tempo mínimo entre lances funcionou corretamente, sendo que o tempo mínimo escolhido pelo pregoeiro, nesta disputa, foi de 05 segundos.*

**Análise**

*61. As argumentações da jurisdicionada foram no sentido de se corrigir as falhas levantadas no sistema Licitações-e na realização dos Pregões nºs 17/2017 e 23/2018.*

*62. Consideram-se procedentes as alegações apresentadas pela jurisdicionada para o saneamento dos pontos levantados na Representação nº 18/2018-ML, visto que, de acordo com a análise desta Divisão, nos §§ 15/32, não foi constatado indício do uso de “robô” por parte da empresa Smart Promoções e Eventos Ltda. nos pregões em análise.*

**Manifestação da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SECEC/DF, em relação à Decisão nº 4489/18**

*63. Noutro expediente, a jurisdicionada encaminhou o Ofício nº 372/2019 - SECEC/GAB (peça 137), para o atendimento das determinações presentes na Decisão nº 4489/18.*

*64. A jurisdicionada informou, à fl. 2, peça 137, que **restou prejudicado** o cumprimento do item ‘III.a’ da Decisão nº 4489/18, ‘**retorno dos lotes vencidos pela Star Locação e Serviços Gerais Ltda. EPP para a fase de apresentação de propostas**, configurando o sistema Licitações-e com os intervalos mínimos de tempo entre lances do mesmo licitante e entre o melhor lance, conforme disposto no artigo 29 da IN nº 3/2011 - SLTI/MPOG’.*

*65. Tal fato ocorreu, devido ao **pedido de reexame** da decisão apresentado pela empresa Star, que somente foi **julgado em definitivo na data de 07/05/2019** (Decisão nº 1535/19), sendo que a ARP referente ao Pregão nº 17/2017, **expirou em 08/02/2019**.*

*66. Com referência ao item ‘III.c’ da Decisão nº 4489/18: ‘**instauração de processo administrativo** com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, na licitação, na contratação ou na execução contratual, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002, observados os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório’, a **SECEC/DF relatou que instaurou o Processo Administrativo**, nº 00150- 00003043/2019-32, visando a apuração dos fatos (fl. 1, peça 137).*

*67. Releva mencionar que a jurisdicionada foi silente em relação ao cumprimento do item ‘III.b’ da Decisão supramencionada: ‘**à aplicação da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital** às empresas que infringiram o **item 9.1** do termo editalício’.*

**Análise**

*68. De início, entende-se que o **atendimento à determinação** constante do item ‘III.a’ da Decisão nº 4489/18 **restou prejudicado**, pelo fato da obrigatoriedade de cumprimento de tal determinação ter sido suspensa pela Decisão nº 5462/2018, de 13/11/2018, somente retornando a ser obrigatória por meio da Decisão nº 1535/19, de 07/05/2019, data em que a ARP referente ao Pregão nº 17/2017 já se encontrava expirada (08/02/2019).*

*69. A SECEC/DF informou (fl. 1, peça 137) que para o cumprimento do item ‘III.c’ da Decisão nº 4489/18, **instaurou o Processo nº 00150- 00003043/2019-32**.*

*70. Nos autos do Processo nº 00150-00003043/2019-32, constam somente documentação enviada por empresas que foram desclassificadas do certame em resposta à notificação encaminhada pelo pregoeiro da SECEC/DF informando sobre o*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*motivo de sua desclassificação e mencionando o item 'III.c' da Decisão nº 4.489/2018 (fls. 9/103 do arquivo associado – Ata Pregão 17/17).*

*71. Assim, não é possível verificar se o Processo nº 00150- 00003043/2019-32 refere-se à apuração de cometimento de atos ilícitos pelas empresas que participaram do Pregão nº 17/2017, visto que não constam informações que demonstrem tal apuração.*

*72. Por fim, como já mencionado, a jurisdicionada foi silente em relação ao item 'III.b' da Decisão supramencionada, se houve ou não a aplicação da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital às empresas que infringiram o item 9.1 do mesmo.*

*73. Assim entende-se cumprido o item 'III.a' e não atendidos os itens 'III.b' e 'III.c' da Decisão nº 4489/18.*

*74. Por fim, para o atendimento dos 'III.b' e 'III.c', faz-se necessário que a jurisdicionada encaminhe detalhes que confirmem que o Processo nº 00150-00003043/2019-32 refere-se à apuração de possível cometimento de atos ilícitos pelas empresas que participaram do Pregão nº 17/2017 e também apresente razões ou justificativa para aplicação ou não da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital às empresas que infringiram o item 9.1 do mesmo." (Grifos original e acrescidos).*

19. No que importa ao exame da presente etapa processual, relacionada aos lotes do Pregão Eletrônico nº 17/2018 vencidos pela Smart Promoções e Eventos Ltda., os esclarecimentos encaminhados pela jurisdicionada e pela sociedade empresária interessada permitem **concluir pela higidez do resultado da licitação.**

20. **In casu, apesar da ratificação da existência de lances oferecidos em menos de 3 segundos do último lance apresentado,** verifica-se que, em sua grande maioria, o foram em relação a **lances não competitivos**. Houve, de fato, **uma situação em que a licitante ofereceu lance em menos de 3 segundos em relação ao um lance competitivo; no entanto, tal ocorrência, após a instrução dos autos, pode ser considerada como isolada, não tendo o condão de macular toda a licitação.**

21. Desse modo, tendo como referência os parâmetros definidos na Decisão nº 68/2018, as manifestações trazidas à baila em atenção à Decisão nº 96/2019 e os dados produzidos na Informação nº 12/2020 – DIFTI **infirmam** os indicativos de utilização de sistema de informática para apresentação de lances automáticos pela vencedora dos lotes questionados, a Smart Promoções e Eventos Ltda. EPP.

22. Quanto ao cumprimento das determinações inseridas no **item III** da Decisão nº 4.489/2018, este **Parquet** especializado também **comunga** da análise apresentada pelo Corpo Instrutivo.

23. Conforme discorreu a Unidade Técnica, **restou prejudicado** o atendimento ao item **III.a** da referida deliberação, visto que, após a admissão de Pedido de Reexame, com efeito suspensivo, o **item III** da Decisão nº 4.489/2018 só voltou a produzir efeitos com o advento da Decisão nº 1.535/2019, proferida na Sessão Ordinária nº 5.125, de 7/5/2019. Portanto, após o fim da vigência da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão nº 17/2017, expirada em 8/2/2019.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

24. Do mesmo modo, o Ministério Público de Contas reputa como **insuficientes** as informações e esclarecimentos apresentados pela Pasta em atenção às determinações contidas no item III.b e c. A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal **não trouxe aos autos elemento** que indique a **aplicação da sanção** prevista no **item 9.2.15** do Edital às empresas que infringiram o **item 9.1** do termo editalício (item III.b), **tampouco demonstrou**, de modo incontroverso, a **instauração de processo administrativo** com vistas à apenação das empresas que tenham praticado, injustificadamente, na licitação, na contratação ou na execução contratual, **ato ilegal tipificado no art. 7º** da Lei 10.520/2002, observados os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (Item III.c).

25. Com efeito, outra não pode ser a conclusão senão aquela apresentada pelo Corpo Técnico, no sentido de **expedir novas determinações** para que o Órgão demandado apresente as informações necessárias ao cumprimento das funções institucionais do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Nos termos propugnados na informação que precede a avaliação deste MPC/DF, *“faz-se necessário que a SECEC/DF encaminhe detalhes que confirmem que o Processo nº 00150- 00003043/2019-32 é referente à apuração de possível cometimento de atos ilícitos pelas empresas que participaram do Pregão nº 17/2017 e também apresente razões ou justificativa para aplicação ou não da sanção prevista no item 9.2.15 do Edital às empresas que infringiram o item 9.1 do mesmo”*.

26. Por todo o exposto, este Representante Ministerial tem entendimento **convergente** com as conclusões e sugestões apresentadas pela Divisão de Fiscalização de Tecnologia da Informação, contidas na Informação nº 12/2020-DIFTI.

É o Parecer.

Brasília, 4 de maio de 2020.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral